

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Apoio Judiciário constitui um dos mecanismos mais relevantes para a garantia de um acesso à Justiça não discriminatório em função da capacidade económica dos cidadãos. Na verdade, uma Justiça economicamente seletiva afigura-se totalmente contrária aos princípios do Estado de Direito.

Ora, têm chegado ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda informações repetidas de que a resposta da Segurança Social a pedidos de Apoio Judiciário está a demorar cerca de sete a oito meses. Em muitos casos, quando o pedido é deferido já a diligência para que seria necessário se efetuou ou dela teve que desistir o/a requerente por falta de meios económicos para suportar os respetivos custos.

Esta situação afigura-se de extrema gravidade por violar o direito fundamental de todos/as à defesa judicial dos seus direitos. Para o Bloco de Esquerda, é absolutamente imperativo que se reponha uma resposta atempada e eficiente aos requerimentos de Apoio Judiciário e, com ela, se reponha esta dimensão de garantia de efetividade do modelo de Estado de Direito consagrado na Constituição da República.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação de atraso grave na resposta a requerimentos de Apoio Judiciário?
2. Que explicação tem o Governo para esta situação?
3. Em média quanto estão a demorar as respostas aos requerimentos em apreço?
4. Que medidas vai o Governo adotar para corrigir, com a máxima urgência, a referida demora?

Palácio de São Bento, 8 de março de 2018

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)